

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

29 de Novembro a 05 de Dezembro de 1992 Nº 66

ÁFRICA DO SUL: Eleições multirraciais em 1994?

O governo sul-africano presidido por Frederik De Klerk apresentou uma proposta de cronograma para o processo de negociação e instalação de uma nova ordem política no país, pela qual em março de 1993 teriam início as negociações, entrando em vigor por volta de setembro do mesmo ano uma constituição provisória e uma legislação que regule as eleições multirraciais previstas para março ou abril de 1994. Este cronograma apresenta um grande atraso em relação ao que vinha sendo discutido na CODESA (Conferência por uma África do Sul Democrática), fórum de debates que foi suspenso em maio deste ano. A proposta do governo tem como objetivo estabelecer metas realistas, tendo em vista o descalabro do processo de paz e democratização de Angola, onde as eleições tiveram lugar sem que as tropas dos ex-beligerantes fossem inteiramente desmobilizadas e um exército nacional consolidado; De Klerk pensa só ser viável a realização de eleições na África após a extinção dos braços militares do ANC, dos movimentos negros radicais PAC e AZAPO, e do movimento racista e ultra-direitista AWB.

O ANC, embora rejeite este cronograma proposto por De Klerk, aceita taticamente uma ampliação dos prazos, apresentando uma proposta alternativa. Nelson Mandela, líder do movimento, vêm adotando uma posição de moderação, ganhando à maioria branca que ela não sofrerá represálias por parte de um governo da maioria negra, e aceitando negociar com Mangosuthu Buthelezi, líder do Inkatha Freedom Party, o fim da violência política (e não simplesmente "étnica") entre adeptos dos dois movimentos, que só este ano matou 3.000 pessoas.

Embora as perspectivas, após um período difícil, sejam boas para a democratização do país, sobre elas parem ainda ameaças. Em um atentado terrorista, cinco negros mataram 4 brancos e feriram 17 pessoas, entre negros e brancos, num clube de golfe em King William's Town. A precisão militar do ataque faz

Nesta Edição:

MPLA e UNITA encontram-se no
NAMIBE

p.01

O novo parlamento angolano
inicia seus trabalhos

p.03

Jofre Justino, editor do jornal
"Terra Angolana", da UNITA, analisa a situação em Angola.

p.05

Carlos Veiga, primeiro-ministro
de Cabo-Verde, visita Portugal.

p.09

Moçambique: preocupação dos
observadores com o recrudescimento da violência.

p.10

pensar em uma ação orquestrada pela presumida "terceira força", coordenada por elementos das forças de segurança, interessada em bloquear o processo de transição para uma nova ordem; este ataque visaria aprofundar a desconfiança existente entre as comunidades branca e negra, gerando represálias de parte a parte, inviabilizando a democratização do país.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

Representante da ONU prevê negociações para breve

A REPRESENTANTE especial do secretário-geral da ONU em Angola, Margaret Anstee, regressou ontem otimista a Luanda, após um encontro de duas horas e meia com Jonas Savimbi, no Huambo (ex-Nova Lisboa), quartel-general do líder da UNITA.

O encontro foi "bastante construtivo", disse Anstee. "Creio que estamos a fazer progressos", acrescentou informando que as Nações Unidas vão "acompanhar muito de perto o processo" e que está muito próxima uma "negociação directa entre os dois lados". Margaret Anstee foi portadora de uma proposta para um encontro entre o Governo e a UNITA, a realizar-se numa terceira cidade que não Luanda ou Huambo. Esta proposta, da iniciativa dos observadores do processo de paz, teve a anuência de José Eduardo dos Santos, disse à Lusa uma fonte oficial.

"O nosso objectivo é ajudar a que se mantenha e consolide o cessar-fogo", dissera Anstee à partida para o Huambo, explicando que a ONU pretendia facilitar "as modalidades para que as duas partes entrem de novo em negociações cara a cara".

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, convocou, entretanto, para amanhã a primeira sessão da Assembleia Nacional eleita em Setembro invocando a situação excepcional do país e a impossibilidade de realizar "a curto prazo" da segunda volta das presidenciais.

A situação político-militar do país "reclama a investidura" do parlamento eleito "porquanto várias questões e problemas da vida nacional exigem uma resposta urgente das instituições do Estado", refere a convocatória, assinada ontem.

Segundo a legislação em vigor, e havendo segunda volta das eleições presidenciais, o início dos trabalhos da nova Assembleia deveria ser até 15 dias depois de empossado o Presidente eleito, lembra a convocatória. Mas logo sublinha que este princípio, destinado a garantir a iniciativa ao presidente eleito e não ao poder de transição, não pode ser agora aplicada devido à situação excepcional que o país atravessa. Assim, a nova Assembleia Nacional iniciará os seus trabalhos amanhã, pelas 10h00.

Dos 12 partidos com representação parlamentar, apenas se prevê a ausência da UNITA que, ainda ontem, voltou a invocar a falta de condições de segurança na capital angolana. Foi esta, aliás, a motivação invocada pelo movimento de Jonas Savimbi para não tomar parte na reunião multipartidária, de sábado passado, que deu "luz verde" à convocação da Assembleia Nacional "com ou sem UNITA".

A Presidência angolana divulgou entretanto o conteúdo da carta enviada ao secretário-geral adjunto da ONU, Marrack Goulding, em que regista a aceitação dos resultados das eleições legislativas pela UNITA. Nela se considera que se trata de uma "aceitação reticente", o que torna a posição da UNITA "tanto mais ambígua quanto não se consegue depreender" se a disposição de realizar a segunda volta das presidenciais "significa o reconhecimento e o respeito pelos órgãos democraticamente eleitos".

Os detidos da UNITA

José Eduardo dos Santos evoca ainda a necessidade de procedi-

mento civil e criminal contra o partido de Savimbi. "Uma vez que a UNITA está a violar abertamente a Constituição e a legislação sobre os partidos e outras áreas dos acordos de paz, esta organização deve ser responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados ao Estado e a terceiros", diz o documento. A carta faz também referência aos quadros da UNITA detidos em Luanda, situação que, afirma, "deve ser abordada no quadro da solução global da crise, pois nas zonas que a UNITA ocupa existem funcionários e responsáveis do Estado sob sua detenção".

Segunda-feira, uma carta aberta dos detidos da UNITA em Luanda foi revelada pela agência Lusa. Nela, os detidos negam que se encontrem sob custódia governamental por sua livre vontade: "Os dirigentes, quadros e militantes da UNITA sobreviventes da hecatombe de Luanda, em defesa da sua honra e cientes da responsabilidade assumida para com o povo angolano", afirmam que "nunca e em nenhuma circunstância se verificaram rendições" e que se encontram detido "sem base legal".

O secretário-geral da ONU apelou segunda-feira ao Governo de Luanda para "deixar aberta uma porta às negociações com a UNITA". Butros-Ghali fez esta declaração a Lopo do Nascimento, conselheiro especial do Presidente angolano, que ontem recebeu, durante meia hora, em Nova Iorque. Segundo Joe Sills, portavoz do secretário-geral, os dois homens passaram em revista a situação no país. Um tema que seguramente esteve na agenda do encontro foi a prorrogação da missão da ONU em Angola, que termina a 30 de Novembro. ■

A política de novo no posto de comando

vocaram um número superior a um milhar mortos.

"Existem boas possibilidades de se encontrar a paz", disse Margaret Anstee, representante especial do secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, ontem à tarde em Luanda, à saída de uma audiência com o presidente José Eduardo dos Santos, a quem foi informar sobre um encontro que manteve no dia anterior, no Huambo, com Jonas Savimbi.

O acordo para o encontro de hoje no Namibe —visto como "terreno neutro" por ambas as partes — culmina três semanas e meia de ausência de diálogo entre os dois principais partidos de Angola, pontuadas por confrontações militares, execuções sumárias, prisões e saques em 13 das 18 províncias do país.

Oficiais da missão de observação da ONU em Angola (UNAVEM) estarão presentes no local do encontro, onde as partes acordaram não levar as respectivas seguranças.

Anstee recusou-se a revelar se Savimbi aceita que os deputados eleitos do seu partido ocupem os seus lugares na Assembleia Nacional, e nenhuma indicação foi dada que permitisse pensar no êxito das conversações, em que a desmilitarização da UNITA e o acantonamento da polícia de emergência deverão constituir os pontos mais polémicos em discussão.

O simples facto de a reunião ter sido marcada e o local escolhido levou, contudo, diplomatas na capital angolana a comentarem, optimistas, tratar-se de "um passo em frente" no processo de paz, que mergulhou em profunda crise logo nos dias imediatos às eleições de 29 e 30 de Setembro, quando a UNITA se recusou a aceitar os resultados, apesar do veredicto favorável da ONU.

A política parece ter voltado ao posto de comando, escreve o enviado especial da agência France Presse, Bruno Franceschi, depois de observar que nenhum incidente grave se assinalou no país há vários dias. Diplomatas e observadores dividem-se entre previsões contraditórias: uma, optimista, espera um acordo para a formação do novo governo, encarregado de preparar a segunda volta das eleições presidenciais; a pessimista considera que Savimbi tenta ganhar tempo e que, perante um fracasso nas negociações, os dois partidos voltarão ao terreno do confronto armado.

N'Dalu ausente

A delegação governamental será dirigida pelo vice-ministro do Interior, general Fernando Piedade "Nandó" — ou, segundo outras fontes, por Venâncio de Moura vice-ministro dos Estrangeiros

— e integrada, entre outros, pelo general Hígino Carneiro. A ausência do "eterno negociador e interlocutor preferido de Savimbi, general António França N'Dalu explica-se pelo facto de estar fora do país. N'Dalu deslocou-se a França e Portugal por motivos de ordem pessoal e familiar.

A delegação da UNITA será chefiada por Jorge Valentim, secretário para a Informação, e dela deverão fazer parte ainda, Jaka Jamba, responsável pela Cultura, e o general Wakulokova que participou nos acordos de Bicesse. Desconhece-se se foi Savimbi sozinho a decidir enviar ao encontro apenas dirigentes que se encontram consigo no Huambo —dado que os antigos negociadores ou foram mortos (caso de Salupeto Pena, que chefiava a equipa da UNITA) ou permanecem "sob custódia" das forças do MPLA — ou se este facto decorre também de uma exigência do Governo, para que o líder da UNITA não possa vir a pôr em causa eventuais pontos de acordo que ali surjam.

A delegação governamental e os observadores internacionais partirão para o Namibe logo após a cerimónia de abertura da nova Assembleia Nacional, à qual comparecerão 150 dos 220 deputados saídos das eleições legislativas de 29 e 30 de Setembro, em que o MPLA obteve 129 deputados, contra 70 da UNITA. ■

*com António Matos, em Luanda

Adelino Gomes*

Pela primeira vez em Novembro, a política fala mais alto que as armas em Angola. Na capital, 150 dos 220 deputados inauguram os trabalhos do parlamento. No Namibe, delegações do Governo e da UNITA encontram-se frente a frente.

Delegações do Governo e da UNITA marcaram encontro para hoje, na província do Namibe, litoral sul de Angola, horas depois de em Luanda se efectuar, sem a presença dos 70 deputados do partido de Jonas Savimbi, a cerimónia de abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional, saída das eleições de 29 e 30 de Setembro. A reunião desta tarde assinala o reinício do diálogo entre os dois principais partidos angolanos, interrompido pela eclosão de sangrentos confrontos em 31 de Outubro, em Luanda, repetidos nos dias seguintes em Benguela, no Lobito e no Caxito, e que pro-

Chassanha, brigadeiro, orientador de "papa-limas"

Dos nossos enviados Luís Pedro Nunes e Luís Vasconcelos (fotos) no Huambo

Não pertencem à cidade. São homens do mato. Fizeram a guerrilha, sonham ser fazendeiros. A cor diferencia-os dos outros homens da UNITA.

Há vidas assim: aos 17 anos a melhor coisa do mundo era tocar bateria e ter o cabelo comprido. Aos 20 ser militar do Exército português. Três anos depois já era guerrilheiro da UNITA. Aos 40 brigadeiro de farda guardada, "ama-seca" de jornalistas por ordem do partido. A guerra encurtou-lhe uma perna, a expressão da cara passa rapidamente de afável para nível. O bigode, aquele bigode, é ideal para carregar ou aliviar o semblante. O seu sonho, e é de um sonho que se trata, era ter uma fazenda, caso tivesse dinheiro para tal.

"Um mecânico aqui chega a qualquer lado, tem sempre o que fazer. Eu chego e digo o quê? Sou mercenário, há aí alguém para eu matar?" Não se está a confessar. Chamemos-lhe conversa despreocupada.

"Chassanha", o que em umbundo quer dizer "está quente", é o nome de guerra de António Manuel Urbano, angolano, cujos pais vivem em Mirandela. Parlamentar da UNITA, eleito pelo Huambo, foi-lhe dada a missão de "encaminhar" os dois "papa-limas" que chegaram à cidade.

"Papa-lima" é o nome de código repetido no rádio. O equivalente às letras P e L da palavra "paleio", explica mais tarde, tamborilando os dedos junto à boca, termo e gesto que descrevem a actividade jornalística. Na cidade, quando vai mostrando tudo o que estes "papa-limas" querem ver, cruza-se, por vezes, com outro brigadeiro, um "perito em explosivos" que segue num carro novo. A cara do outro é de gozo, tipo "quem-te-viu..."

Chassanha, que, garantem próximos, teve direito a uma canção onde era ofendido, já esperava a pergunta sobre a sua cor. "Vêm sempre com essa história do racismo na UNITA, mas quais eram os brancos que em 1975 quiseram ir para a mata? Eu fui. E aquilo não foi propriamente um convite para um banquete". Mais tarde, implicitamente, dá a entender que as "provas" que teve de dar para ganhar o respeito, terão sido

mais duras do que seria de esperar.

Tem seis guarda-costas, tudo guerrilheiros que praticamente criou. "Estes dão a vida por mim". Sete vezes ferido, da última das vezes levaram três horas para o tirar da "situação". Dois dos meus homens morreram, sete ficaram feridos. "Experimentei todo o tipo de guerra mas gosto mesmo é de guerrilha". Chassanha fala vezes sem conta de paz. Mas é a falar de si, na mata, com os seus homens, que se inflama e empolga.

Conversas soltas: "Num fio de ouro, a parte mais forte é o fecho. Mas é aí que sempre se parte. Ao atacar deve-se concentrar na unidade mais forte do inimigo. É o fim deles." Ou: "Em Mavinga os soviéticos cometeram sempre os mesmos erros, utilizavam, por exemplo, a técnica dos comandos portugueses de colocar alguns homens atrás das nossas linhas". Uma gargalhada prenunciadora de um qualquer erro de estratégia que é suposto ser evidente. "Guiavam-se pelas cartas militares antigas. Quando chegavam aos pontos onde deveria haver água estava tudo seco. Ao fim de quatro dias...". Ou: "Chegámos a ter 1500 franco-atiradores para não deixar ninguém aproximar-se do rio. Nem uma gota de água eles tinham. Até de milheiros se disfarçavam". Ou: "Pôr dois batalhões a cavar é um espectáculo". Tivesse o dinheiro para a fazenda...

A guerra parecia ter acabado. Começou a criar "barriga de burguês". Quando chegou ao Huambo, zona de guerrilha que comandara até 79, foi visitar a campa de Wong Wei Sam, companheiro, que comungou o seu baptismo de guerrilha, naqueles tempos em que pela manhã ainda sentia a falta do café e ainda não conseguia enrolar o tabaco que a UNITA plantava, com uma só mão. "Ensinou-me muito da pa-

ciência oriental". "Uma vez não tínhamos nada, mas nada, para comer, ele tentou cozer capim mas aquilo não coze mesmo". Houve outra vez em que tiveram que comer carne de búfalo dias sem fim. "As articulações ficam todas a chocalhar".

Quando se fala de mortes a coisa é quase sempre colocada em termos abstractos. Das justiças ou injustiças, de inocentes, bombas, raptos ou crueldades não se fala. São coisas "inerentes" à guerrilha. Os interlocutores são "papa-limas".

Por isso, ou por convicção, repete vezes sem conta que não deve haver mais guerra. ("Mas se houver... não fica é ninguém para contar, vão ter

que dar outro nome a este país". O tom, decididamente, é ameaçador). Uma coisa é certa: uma cidade, mesmo uma cidade como Huambo, não é lugar para Chassanha, onde tem de fazer "promenades" com "papa-limas". O caminho é a mata. A decisão se irá regressar com a velha farda ou vestido de fazendeiro a ele não pertence. ■

O Walter que garantiu Savimbi

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 25 NOVEMBRO 1992

"NO HUAMBO não houve essa matança" garantia à Voz da América Jonas Savimbi. "Perguntem ao coronel Walter". Descendente de madeirenses, branco, baixo, bigodudo, 32 anos com cabelo a escassear, extremamente risonho, segundo comandante da frente centro das tropas governamentais: "Não ouvi o dr. Savimbi mas é verdade, se foi isso o que ele disse". "Houve, e há, incidentes mas não podemos falar de massacres. Penso que ele confia na informação que lhe damos".

O coronel não é homem que aprecie falar de si próprio. Ao fim de 16 anos de vida militar, depois de mais de um ano de cessar-fogo, esperançado de vir a ser desmobilizado, percebe-se a recusa de qualquer discurso bélico. Sentado numa sala onde funciona a UNAVEM, instalações onde dois homens — um da UNITA outro do MPLA — centralizam as comunicações de rádio, sabendo a todo o momento a situação da cidade, o coronel José Walter reflecte: "Os militares é que sofreram a guerra... a mesma coisa dos dois lados. Se calhar é por isso que se entendem melhor do que os políticos".

Os tiros do Huambo foram o prenúncio de tudo o que se passou em Angola. A versão que se segue é a deste coronel que pensa vir a ter uma empresa de construção civil, ou mesmo uma fazenda, quem sabe em sociedade com o Chassanha. Um polícia foi raptado por simpatizantes da UNITA, a UNAVEM foi tentar resolver a situação. Quando se aproximam, o agente é abatido, os polícias revoltam-se e abrem fogo. Culpas? Não da polícia, diz, discordando neste ponto da UNITA. "Também não podemos dizer que são todos honestos..."

Horas depois de começarem os confrontos, Jonas Savimbi chamava à sua residência, a "Casa Branca", os comandos hierárquicos das duas partes. Diz o militar do Governo: "Ele mandou parar o fogo mas tem de haver sensibilização das massas. Estas pequenas escaramuças ainda podem resultar em grandes acções". Mandou parar. Em Luanda ainda nada tinha começado. Reacção em cadeia? "Penso que não. As coisas a nível do país foram diferentes".

Enquanto decorre a conversa, chega o delegado-adjunto da polícia, que pouco diz e não quer comprometer-se. Chega também Chassanha, o homem da UNITA. (Nesse mesmo dia, três simpatizantes do partido de Savimbi queimaram um carro. A comissão não chegou a tempo de evitar. O general Wio, da UNITA, "deteve" esses três elementos. Não foram entregues à polícia).

"Levem isto em mente: as relações de trabalho entre nós são boas", diz Walter a querer arrematar conversa. Sentem que foram abandonados pelo governador que deixou a cidade quando começaram os confrontos? Os dois homens do MPLA sorriem. "Sem comentários". A gargalhada de Chassanha, essa, ouviu-se bem alto. ■

As cadeiras vagas da UNITA

António Matos,
em Luanda

O novo Parlamento angolano começou ontem a funcionar. Sem pompa, nem circunstância. E sem UNITA. Mas com N'Zau Puna e Tony Fernandes. A primeira votação foi feita de braço no ar e França Van-Dunen foi eleito presidente. Por unanimidade. "Falta um remate para este processo", desabafará um dos homens-chave das eleições.

José Eduardo dos Santos entregou um martelo de madeira a França Van-Dunen. Era a passagem formal do testemunho do presidente de um parlamento monopartidário, a Assembleia do Povo, para o presidente da Assembleia Nacional saída das primeiras eleições multipartidárias em Angola. Uma transição sem sobressaltos, que emprestou à cerimónia de ontem as cores cinzentas do monolitismo.

José Eduardo dos Santos saíra como entrou. Calado. Usou as portas laterais do Palácio dos Congressos, antigo cinema Restauração, e não se juntou aos deputados e ao corpo diplomático no "cocktail" que se seguiu. Hábitos do poder isolado, de um só partido, de um só homem. Os observadores deram, porém, alguma importância à chamada "passagem do testemunho", simbolizada no autoritário martelo de madeira: "Foi o primeiro acto da separação efectiva dos poderes."

Na sala, deputados, convidados e jornalistas dividiam-se com algum critério. O corpo diplomático compareceu em peso e as Igrejas também. Os polémicos dissidentes da UNITA, N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, reapareceram. A representante especial do secretário-geral das Nações Unidas não esteve presente, embora lhe tivessem sido endereçadas cumprimentos nas diversas intervenções.

Vagos, os lugares da UNITA chegaram a servir de poiso para os jornalistas, cuja presença parece não ter sido prevista. Luís de Almeida, porta-voz do Conselho Nacional Eleitoral e "mestre de cerimónias" da sessão, homem do MPLA, apresen-

sar-se-ia a arrumar a casa: "Esses lugares são da UNITA e têm de ficar vagos."

Algumas mulheres encarregavam-se de encaminhar os deputados e convidados para os lugares que lhes estavam reservados. Antes, porém, foi necessária alguma insistência para que todos se dirigissem para a sala. As conversas prosseguiram no "hall", cujo chão de mármore não tinha sido limpo para a "festa".

Entre os deputados do MPLA estava Fernando Piedade dos Santos "Nandó". Jurou fidelidade à Constituição e ao Presidente da República no acto de posse como deputado e seguiu depois para o Namibe, ainda como vice-ministro do Interior, integrando a delegação do Governo (cessante) nas negociações com a UNITA, ontem reatadas numa reunião naquela cidade litoral do Sul.

No balcão (recorde-se que o edifício foi construído para ser um cinema), o ainda ministro da Informação, Rui de Carvalho, assistia à cerimónia, ladeado dos directores do "Jornal de Angola" e da Angop. O ambiente era sombrio, sem alegria nem entusiasmo. Mesmo quando ecoaram os cânticos de uma centena de mulheres, ou o "hino da paz" com que se encerrou a sessão.

"Um momento como este merecia mais organização, mais vida", observa o director-geral das Eleições, Onofre dos Santos, reaparecido na cena política angolana. "Foi tudo muito precipitado." Desabafa, pensando na segunda volta das presidenciais, cuja data continua por marcar: "Falta um remate a este processo. Alguma coisa soava a falso."

As questões formais não foram obstáculo. Na ausência de uma ordem constitucional definida, coube ao Presidente da República em exercício convocar a Assembleia, que iniciaria os trabalhos presidida pelo mais velho dos deputados eleitos — o ex-ministro da Justiça, Lázaro Dias. Um consulado efémero, que se esgotou na condução de um sufrágio. França Van-Dunen seria eleito presidente da Assembleia, numa votação de braço no ar. Todos disseram que sim à proposta do MPLA. E ficou sem se saber quantos estavam na sala — o que também não pareceu relevante para a mesa.

França Van-Dunen abandonou, assim, as funções de primeiro-ministro. Segue-se Marcolino Moco, um homem do Sul, que deverá submeter ao parlamento a sua proposta de governo na próxima semana. No seu discurso, Van-Dunen afirmaria que uma das competências desta Assembleia é "legislar sobre a cidadania e os direitos, liberdades e garantias".

O "cocktail" que se seguiu serviria para os desabafos. "Temos de engolir algumas coisas", dizia o líder da FPD (Frente para a Democracia), Filomeno Vieira Lopes. "Embora não concorde, tenho de aceitar as regras de quem ganhou."

Neste novo parlamento tomaram posse alguns apoiantes de Savimbi, na primeira volta das eleições presidenciais. Um deles é Mfulumpinga Victor, um dos "zairenses" da política angolana, que rodeia a questão: "Seria mais fácil se todos os angolanos dessem as mãos, mas alguns acontecimentos dos últimos tempos levam-me a concordar com a UNITA." Quanto ao apoio ou não a Savimbi na segunda volta, Mfulumpinga diz, num sotaque afrancesado, que ainda não sabe.

Mais prosaico foi o governador de Luanda e homem forte do Comité Central do MPLA, Kundi Pahyama. "A UNITA tem de apanhar esta carroça", diz, embora reconheça que isso "levará algum tempo", porque "Savimbi deve estar muito magoado com o que lhe aconteceu nos últimos dias: a morte do sobrinho [Salupeto Pena] e os seus homens sob custódia em Luanda." ■

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA, 27 NOVEMBRO 1982

Agitação em zonas da UNITA

PARA ALÉM da pressão política, a UNITA poderá ter sido levada à mesa das negociações, ontem no Namibe.

... pela situação desastrosa em que se encontram largas camadas da população sob seu controlo. Após o reinício das confrontações armadas, no início de Novembro, as vias de comunicação e transporte ficaram desactivadas, na prática, e cessou o reabastecimento dos centros populacionais controlados militarmente pela UNITA. Começam a detectar-se situações de fome, provocando agitação nalguns centros populacionais, soube o PÚBLICO junto de fonte independente. Dois incidentes graves tornaram mais sombrio este panorama, nas últimas 48 horas. Na província do Uíge, numa zona controlada pela UNITA, uma pessoa morreu e duas ficaram feridas quarta-feira, quando atiradores em terra alvejaram um helicóptero fretado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), noticiou a televisão angolana. Horas antes, José Guerreiro, director financeiro da sociedade mineira luso-angolana do Lucapa, na Lunda Norte, fora assassinado a tiro, à porta de sua casa. Informações imediatas ligaram o atentado a ameaças da UNITA contra portugueses. A embaixada de Portugal em Luanda disse ontem, contudo, que tudo indicava tratar-se de um "ajuste de contas sem qualquer espécie de conteúdo político". A mina do Lucapa é a única que os homens de Jonas Savimbi não controlam na região. ■

Uma vitória irreparável?

EM MEADOS de 1975, pouco antes de Angola mergulhar na guerra civil, o jornal "Vitória Certa", editado pelo MPLA, veio a público com uma manchete imensa: "A NOSSA VITÓRIA É IRREMEDIÁVEL!" Esta curiosa palavra de ordem podia de forma mais justa ser aplicada à recente vitória das forças do Governo sobre a UNITA nas ruas da capital; em consequência dela, a situação em Angola parece já não ter remédio.

Aquilo que tinha sido até aos Acordos de Bicesse uma guerra civil com uma forte componente etno-cultural mas, apesar disso, capaz de ser enquadrada em termos ideológicos, transformou-se num conflito predominantemente étnico. Em poucas semanas, recuou-se para um clima de intransigência que lembra os piores anos do regime de Agostinho Neto, com a diferença de que, agora, o que está em causa já não são ideias mas emoções.

Um luandense comentava recentemente, referindo-se ao MPLA: "É gente sem escrúpulos, mas é a nossa gente!". No Huambo, não será difícil encontrar quem afirme o mesmo em relação à UNITA. O "Jornal de Angola", controlado pelo governo, publicou nas últimas semanas diversos artigos de opinião defendendo a ilegalização da UNITA; muitos deles repetem a esgotada linguagem belicista dos anos da guerra e percebe-se que, quando falam da UNITA, não é apenas da UNITA que falam: referem-se a todos aqueles que se opõem ao MPLA.

É neste clima que começa hoje a funcionar o parlamento angolano. Sem a presença da UNITA — que dispõe de 70 lugares, contra 129 do MPLA e 21 de terceiras forças — qual o significado deste acto? Ou, dito de outra maneira, para que serve um parlamento do

qual está ausente a única grande força de oposição?

Na sequência da "irremediável vitória" do MPLA, não só a UNITA deixou de ter possibilidade de intervenção política em Luanda, como os pequenos partidos se submetem à vontade do poder. Dirigentes partidários que tinham apoiado Jonas Savimbi no período eleitoral, e que foram presos durante os três dias de fúria que abalaram a capital, aparecem agora de cabeça baixa diante do Presidente José Eduardo dos Santos. Na reunião multipartidária do passado dia 21, à qual a UNITA não compareceu, apenas a coligação Angola Democrática, AD, do economista Filomeno Vieira Lopes, se atreveu a contestar algumas das posições governamentais.

A entrada em funcionamento do parlamento angolano nestas condições apenas se compreende como parte de uma ampla operação do MPLA visando o reconhecimento internacional. Uma operação como esta explica igualmente a nomeação de Marcelino Moco para o cargo de primeiro-ministro. Moco é um jovem burocrata do partido, sem força, carisma, peso histórico, ou sequer experiência governativa. Foi escolhido por uma única razão: nasceu ovimbundu. A nível interno, a sua nomeação não serve sequer para apaziguar o sentimento de revolta dos homens do Sul: "Para nós, é apenas mais uma humilhação", comentou um jovem intelectual ovimbundu ao tomar conhecimento da nomeação. Mostrar Moco ao mundo é mais um ardil ansioso com que o partido no poder tenta ocultar aquilo que as eleições tornaram evidente: embora maioritário, embora sendo um dos raros, senão mesmo o único partido angolano com autêntica expressão nacional, o MPLA não foi capaz de conquistar a mais importante etnia do país. Pode até governar sem ela; não pode contra ela reconstruir Angola.

A UNITA, no Huambo, tenta também seduzir a comunidade internacional. Porém, o desaparecimento da direcção política do movimento tende a radicalizar a posição dos militares. Jonas Savimbi, abalado pelo desastre de Luanda, multiplica-se em declarações infelizes e em contradições e o seu discurso para o exterior surge muitas vezes desconexo. O encontro previsto para hoje entre delegações do Governo e da UNITA traz, é claro, alguma esperança aos angolanos.

Mas toda a gente sabe que, no terreno, os militares preparam as armas. Mesmo tendo a certeza de que, se houver guerra, ninguém a irá ganhar. ■

MPLA faz ultimato a Jonas Savimbi

EXPRESSO, SÁBADO 28 DE NOVEMBRO DE 1992

Gustavo Costa
correspondente
em LUANDA

O GOVERNO angolano deu à UNITA um prazo de sete dias para «sair de Caxito e Ndalatando», segundo uma fonte governamental que garantiu ao EXPRESSO que «as tropas da UNITA terão neste período que regressar às zonas de acantonamento».

Os representantes do MPLA apresentaram estas exigências à UNITA durante o primeiro encontro dos dois movimentos desde os acontecimentos pós-eleitorais em Luanda, realizado quinta-feira na cidade de Namibe (ex-Moçâmedes).

Apesar de as duas delegações terem chegado a acordo sobre a necessidade de «prevalência dos acordos de paz como única via para a solução do conflito angolano» e de a organização de Savimbi ter «reavaliado» o seu posicionamento em relação aos observadores, o Governo deu à UNITA um pra-

zo de 30 dias para «a sua completa desmilitarização».

Partidos minoritários apoliam regime

Neste sentido, deverão ser desmobilizados cerca de 20 mil militares das FALA (forças armadas da UNITA), como condição prévia para o Governo acreditar na «boa fé» do movimento lidera-

do por Jonas Savimbi. Em diversos círculos oficiais persistem, no entanto, nuvens negras quanto ao estabelecimento de um acordo efectivo entre as partes. «A UNITA tem de ser desarmada incondicionalmente», disse um dos deputados do PRS (a terceira maior força no Parlamento, com seis deputados) na primeira sessão de trabalhos, ontem, da nova Assembleia Nacional.

As mais recentes declarações de dirigentes da UNITA foram acolhidas com bastantes reservas pelas autoridades de Luanda. Ontem, na última sessão do Conselho de Ministros cessante, era sintomático o sentimento de generalizada desconfiança em relação ao parceiro de Bicesse. José Eduardo dos Santos, na véspera, na sessão de posse da nova Assembleia, limitou-se a fazer um discurso de circunstância, mas ninguém sabe ao certo o que é que o novo regime, «legitimado» desde esse momento, estará, do ponto de vista militar, a preparar para os próximos dias, após ter recebido o apoio aberto dos partidos da oposição.

O Governo proibiu, entretanto, o Programa Alimentar Mundial (PAM) de proceder à distribuição de alimentos e outros bens nas zonas controladas pela organização de Savimbi. Fontes parlamentares afirmam que a Assembleia Nacional poderá penalizar constitucionalmente a UNITA se não ocupar os seus lugares no Parlamento na próxima semana.

SONDAGEM A culpa é da UNITA

OS PORTUGUESES consideram a UNITA principal responsável pelo início dos confrontos em Luanda (53% contra 16% para o MPLA e 20% para ambos os partidos). Adiantam que foi o movimento de Savimbi que teve o comportamento mais condenável (58% contra 20% para o MPLA e 10% para ambos) nos confrontos em que morreram centenas de dirigentes e militantes da UNITA. Este é o resultado do Painel EXPRESSO/Euroexpansão, que revela ainda que um número significativo de portugueses pensa não ser imparcial (e favorecer o MPLA) a conduta do Governo de Cavaco nesta matéria. Ainda que 52% afirmem que o Governo tem sido «imparcial», 32% dizem que é «parcial». E, destes, 91% afirmam que o Governo o é a favor do MPLA.

Soltem os presos de Luanda!

Jofre Justino*

ANTES de terminada a contagem dos votos em Angola, antes de declarada, pela ONU/UNAVEM, como estava estabelecido, que tudo correria mal, ou bem, Cohen e Durão Barroso apressaram-se a declarar a vitória eleitoral de uma das partes de um conflito que estava, ainda por cima, a renascer. Declararam a vitória do MPLA. Chegaram a declarar a vitória de José Eduardo dos Santos, facto que não chegou a acontecer.

É neste contexto, e deve realçar-se este facto, que renasce a crise em Angola, em consequência de uma grave acusação tratada displicentemente pelos representantes da comunidade internacional, num período imediatamente posterior ao de uma guerra civil que durava havia 16 anos.

Eu escrevi, logo a seguir às declarações de Cohen e de Durão Barroso, que, depois da fraude eleitoral e de tais declarações, Bicesse acabara. Em consequência desse texto tive, aliás, alguns dissabores com o Consulado Português que contarei um dia... Mas qualquer analista lúcido e com alguma experiência de um processo negocial entenderia como eu que Bicesse terminara.

Os representantes da comunidade internacional eram os mediadores dos Acordos de Bicesse. Um mediador sabe que não pode, publicamente, e da forma precipitada como aconteceu, alinhar com uma das partes sem que tal não dê origem ao renascer do conflito.

Ainda assim haveria solução para a crise. A proposta-base da UNITA não era de concretização impossível — repetição das legislativas em seis províncias, ao mesmo tempo da segunda volta das presidenciais, constituição de um Governo de coligação, fiscalização destes actos eleitorais feita pela ONU de forma geral e única.

Esta proposta só afectaria, no MPLA/PT, quem fizera a fraude eleitoral, quem inclusivamente tinha «deixado cair» o presidente do MPLA/PT, Eduardo dos Santos, e o empurrara para a segunda volta.

É esta actuação que justifica a forma como se desenrolou o conflito do mês de Outubro até ao golpe de Estado — pequenos conflitos pontuais, provocados pela polícia antiterrorismo, que se sucedem em Luanda, no Huambo, um pouco por toda a parte, com respostas defensivas da UNITA, e que a leva a manter sem defesa os seus quadros políticos em Luanda. Na verdade, tratava-se de um conflito entre a UNITA e somente a parte do MPLA/PT que fizera a fraude.

Eu estava em Luanda aquando do primeiro assalto dos antiterroristas ao hotel Turismo e no Huambo aquando do

primeiro ataque da mesma polícia, que durou cinco horas. Eu vi como ninguém no Huambo acreditou que o assassinio de uma família branca do MPLA/PT fora perpetrado pela UNITA...

No entanto, o desgaste provocado pelo tempo e pelo silêncio da comunidade internacional da ONU (e alguns erros da UNITA/política) permitiu o reforço, o alargamento do número dos que defendiam o golpe, a destruição da ala política da UNITA em Luanda e a divisão do país que ora se vive.

Comunidade ignora chacina

O golpe de Estado dá-se, a chacina de Luanda acontece, a partir de 30 de Outubro de 1992, com a desculpa de uma manifestação convocada pela UNITA em Luanda, como se, num Estado democrático, o maior partido da oposição não pudesse realizar uma manifestação.

Nesse golpe entram, visivelmente, o Ministério do Interior, à cabeça com o senhor Nandó, seu vice-ministro, que controla as polícias, os ODP (os tais civis armados) e pelo menos parte da guarda presidencial e da Força Aérea (e daí os tanques e helicópteros).

Na retaguarda estará o Ministério da Informação, com Rui Carvalho a fazer «lobbying» junto da comunicação social estrangeira (e pressão — Emídio Rangel que o diga), e pelo menos o Ministério da Administração do Território (o sr. Cassoma, vice-ministro da Defesa), com os seus comissariados municipais, e parte do Ministério da Defesa.

Morrem milhares de pessoas em Luanda. Informações oriundas desta cidade apontam para mais de 15 mil mortos. Do Lobito falam-nos em 10 mil mortos, com tanques a atacar bairros populares, sem qualquer defesa; idem em Benguela. Mas esta chacina é totalmente ignorada pelos representantes da comunidade internacional e, da ONU, só vêm queixas, contra a UNITA, claro, quando esta, em processo de defesa, toma militarmente parte do país e prende (não mata, não tortura) 50 russos e brasileiros, que são, pouco mais tarde, libertados.

Parte da ala política da UNITA mantém-se há um mês presa e refém do MPLA/PT.

Que fazem os representantes da comunidade internacional? Pressão para a sua libertação? Exigem que os presos sejam postos em lugares seguros, nas embaixadas, nas instalações da ONU? Não, continuam a exigir um Bicesse que, para existir, requer duas partes em posição de igualdade.

Por outro lado, perante uma cedência da UNITA, aceitar os resultados eleitorais mantendo

que foram fraudulentos com a contrapartida da libertação dos presos de Luanda, que resposta tem a UNITA? A presença do embaixador António Monteiro, membro da CCPM, representante, portanto, da comunidade internacional, assim como da sra. Ansteen, da ONU, numa multipartidária feita com representantes de partidos políticos que não podem sair de Luanda, que estão presos...

Liberdade política? Liberdade de crítica? Que democracia é esta que se pretende para Angola? Que oposição é esta onde a livre circulação não existe?

Que solução para Angola?

É a comunidade internacional com o seu silêncio, com a sua cumplicidade, com o seu apoio ao MPLA/PT que está a empurrar Angola para a guerra civil e para a morte.

Porquê? Porque o petróleo de Angola, até 1997, está hipotecado, delapidado, sem que o povo angolano tenha visto, do dinheiro já gasto, mais do que as camisolas de propaganda do MPLA e de Dos Santos, os bonés do MPLA e de Dos Santos, as latas de cerveja distribuídas nos comícios do MPLA e de Dos Santos. Porque os diamantes de Angola estariam a ser a destruição dos Lundos para a riqueza de uns tantos brasis... Porque o dinheiro está gasto e o petróleo ainda não chegou ao destino.

Angola está às portas da morte. A divisão de Angola aparece, cada vez mais, como uma solução. Mas quem ficará com as regiões petrolíferas, as regiões diamantíferas, é a questão que se põe hoje. Daí também esta lentidão toda.

Daí esta multipartidária ridícula, feita com presos políticos e com a presença de embaixadores. Assim como daí o silêncio perante a prisão dos dirigentes da UNITA, os assassinios políticos na calada da noite, nos bairros pobres de Luanda.

O que está hoje em jogo, passados estes 30 dias de terror e de violência que o golpe de Estado de Luanda gerou, é, antes de tudo o mais, a libertação dos presos políticos que existem em Luanda. Enquanto não se entender tal, Angola viverá, tão-somente, o impasse e caminhará para a continuação da guerra civil.

Poder-se-á tentar todas as encenações, tal como esta da multipartidária, que só envergonha quem lá esteve de livre vontade. Mas sem que se libertem os presos de Luanda, nada de bom haverá em Angola.

É lamentável que as democracias do mundo não o queiram entender. Mas eu, que conheço a UNITA, que sei o que significa a liberdade para ela,

estou certo de tal.

O líder da UNITA, o presidente Savimbi, está a fazer tudo para obter duas coisas — a paz em Angola e a libertação dos seus companheiros. É fundamental que as democracias do mundo o entendam antes que seja tarde.

São dois objectivos aparentemente difíceis de atingir ao mesmo tempo, é certo. Mas seriam mais facilmente atingíveis se as democracias do mundo entendessem que não se podem misturar com os totalitarismos do MPLA/PT sem se sujarem.

No entanto, estou certo, com elas ou não, a UNITA e o seu líder não desistirão dos seus objectivos. A prova está na sua resistência de 16 anos feita. Não se esqueçam dela. Não será com a UNITA que se fará um arremedo da democracia, onde se organiza um Parlamento com um partido totalitário e presos políticos.

Não me parece que seja assim tão difícil de compreender a posição da UNITA.

*Responsável da UNITA e do seu jornal «Terra Angolana».

Dias antes da batalha de Luanda, já algumas comunidades estrangeiras aprontavam as suas viagens cautelares para fora do espaço angolano. E corria de boca em boca. Principalmente na sexta-feira, véspera do sábado fatídico. Corria que a guerra ia rebentar.

Aí, muito mais depois de já se conhecerem os documentos que provam a preparação da tomada de Luanda para esse dia, por parte da UNITA, todo o mundo, nacional ou estrangeiro, ficante se aprontava em abastecer-se de comes-e-bebes, principalmente de conservas, para o que desse e viesse.

Quer dizer que já se sabia de tudo. Tanto mais que as comunicações da UNITA, seus rádios, estavam operando "open", ao que parece. Só por isso, também se compreende que, a tempo e na hora, se tivesse conseguido armar a cintura popular da cidade. Cintura essa mucequeira e emepelista radical, com todos os prós e contras de uma idiosincrasia lumpenal: corajosa, desinteressada pela vida, solidária só para com os seus e de mecanismos de justiça pautados por uma certa crueldade para tudo e todos que lhe sejam antagónicos, mesmo a polícia.

Aqui, quiçá pela primeira vez em Luanda (e de excepção também para todo o mundo), verificou-se uma aliança táctica entre a lumpenagem e a polícia (dois inimigos eternos). Para os "gregos" (ápodo que aqui se dá, em gíria, aos marginais), se a polícia era aquele inimigo antigo mas do "milieu", a UNITA era um inimigo aqueloutro, político, contra a parte mínima que unia os "gregos" à polícia: a

O beco e a saída

Manuel Rui Monteiro*

*Nos dias que vão decorrendo,
percebe-se, da parte do Governo,
evitar qualquer amostragem de
intenção de governar sem a UNITA.
(...) Isto porque o MPLA quer provar
a sua capacidade de encaixe
em aceitar emparceiramento
parlamentar com uma segunda força
cuja legitimidade partidária começa
a ser posta em causa.*

unidade nacional. Ainda, a UNITA intrometia-se em esfera de acção dos "gregos" quando pilhava, assaltava, etc.

Dessa arte em armar o povo para resistir, ante umas FAPLA (ex-exército governamental) dissolvidas, caiu-se, pela segunda vez, na necessária zapataria do "povo em armas". Tal como em 1975, quando da invasão zairense, sul-africana e mercenária.

Exercício perigoso. De certa radicalização popular que pode exigir outros sucessivos ítems de postura política.

A história sugere-nos que, eventualmente, totalitarismos (?) houve, por exigências belicistas dos invasores "democratas". Terá sido o caso do Partido Comunista do Vietname, da FNLA da Argélia e do MPLA em Angola pós-1975? Quem senão os invasores, os que tenta-

ram tomar Luanda em 1975, terão obrigadô à introdução das forças do "Poder Popular"? Quem senão a UNITA terá obrigado ao aparecimento destas novas forças em Luanda que, agora, na expressão oficial da polícia, se designaram por "forças auxiliares".

Nos dias que vão decorrendo, percebe-se, da parte do Governo, evitar qualquer amostragem de intenção de governar sem a UNITA. O Governo quer a UNITA no Par-

lamento. O preço parece que até pode subir, em termos de diálogo e concessões, mesmo na ideia do tal governo de unidade nacional. Isto porque o MPLA quer provar a sua capacidade de encaixe em aceitar emparceiramento parlamentar com uma segunda força cuja legitimidade partidária começa a ser posta em causa.

Na verdade, enquanto o MPLA e o Governo chamam a UNITA ao diálogo, algumas vo-

PÚBLICO

30 NOVEMBRO 1992

zes de outros partidos já se ergueram, exigindo julgamento e decisão do Tribunal Supremo, dando conta que as práticas da UNITA e Savimbi não se compadecem com o estatuto de partido político. O escritor Carlos Pimentel começou, no "Jornal de Angola", a defender a tese de que não se trata de um partido político, mas sim de uma associação de malfeitores.

E isto é a voz que corre na rua. Boca do povo. Sem o qual não há MPLA. O povo que sabe que a UNITA assaltou os cofres da empresa de diamantes e rapou milhões de dólares. Que ocupou pela força, sempre à margem da lei, uma das melhores minas de diamantes e, aí, dedica-se à exploração. Que assalta bancos para dividir o dinheiro pelos seus soldados. Que assalta tudo o que é armazém de víveres deixando as populações à míngua, mas assim garantindo a sua logística militar. Que pratica o controlo de vias e fuzila jovens.

Mas Savimbi escreveu à ONU. A dizer que aceita as eleições. Só que continua a considerá-las fraudulentas! É mais um tempo para ganhar tempo. E, enquanto isso, parece que lhe assistiria o direito de aceitar ou não aceitar e, com isso, permitir ou impedir a democracia, os movimentos militares da UNITA prosseguem em grande escala. Quem está apoiar? Quais as possibilidades de sobrevivência desta ofensiva louca? Contra quem e contra quem? Pior do que isso é o beco que Savimbi quer impor?

E depois? Qual a saída, mesmo que a UNITA venha às boas? ■

* escritor e ex-ministro angolano residente em Luanda

Semidemocracia

NO DIA em que, em Luanda, a nova Assembleia Nacional entrava em funções, uma delegação político-militar do Governo voava para o Namibe, para se encontrar com emissários de Jonas Savimbi e procurar uma saída para a crise. Vazios, no Parlamento, ficaram os lugares dos deputados eleitos pela UNITA.

Mais de um ano depois de assinados os Acordos do Estoril e quase dois meses após as eleições, a mata continua a ser o fórum onde as divergências políticas são discutidas. O representante da UNITA em Lisboa afirma que os deputados do seu partido estão presos ou foram mortos e acrescenta que a UNITA nada tem a ver com o assassinio de três portugueses.

Só que antes dele houve quem, da UNITA, afirmasse que se tratava de legítima defesa e que os homens — os portugueses — estavam armados. Foi também o movimento de Jonas Savimbi que, em Lisboa, desmentiu documentos apresentados pelo Governo, só que, em Luanda, o general Wambo, o responsável da UNITA pela informação, no campo militar, confirmou a autenticidade dos documentos, «que deveriam ser situados no contexto em que foram elaborados».

JONAS Savimbi, numa carta entregue à sr^a Anstee, representante do secretário-geral da ONU em Angola, afirmou que aceitava os resultados eleitorais, embora reafirmasse a existência de fraude. Todavia, as tropas das FALA continuam às portas de Luanda, no Caxito e em Ndalatando. Outros municípios estão ainda sob controlo militar da UNITA. A credibilidade internacional da UNITA está cada vez mais reduzida e é lícito pensar que hoje, e sem armas, a UNITA não conseguiria o resultado que alcançou a 29 e 30 de Setembro.

Se Savimbi efectivamente reconhece os resultados, ou se patrioticamente está decidido a aceitá-los para salvar o país de uma crise ainda mais grave, então não se

entende a razão de tanta contradição por parte dos seus porta-vozes, nem a manutenção de posições militares que constituem riscos para o Poder. Basta retomar os Acordos do Estoril, tão cuidadosamente estudados pelos dois lados, o mediador e os observadores. Ou seja, cumprir, em passo acelerado, a desmobilização e activar e respeitar os mecanismos redundantes de verificação e fiscalização que eles contemplam.

Nenhum dos lados pode agora contar com quaisquer contemplanções por parte dos observadores e da Unavem, como, reconhecemos, sucedeu no passado. Essas são as melhores garantias que os dois lados podem ter.

ASITUAÇÃO económica e social de Angola não se compadece com mais esperas e contradições e os angolanos têm o direito de viver finalmente em paz. Até aqui tem sido espantoso como muitos quadros angolanos se têm limitado a enviar as famílias para Lisboa, continuando no país. Angola pode vir a ser uma das maiores potências económicas de África, e como tal é cobiçada. O que vier a passar-se politicamente neste país terá reflexos em todo o continente, e muito particularmente na África Austral. Os políticos angolanos enfrentam uma responsabilidade que transcende as suas próprias fronteiras.

LUANDA não poderá continuar por muito mais tempo a viver sob a pressão de tropas estacionadas no Caxito e o MPLA tem uma dívida de lealdade para com o povo de Ndalatando. A guerra não é pois uma impossibilidade. Não haverá vantagens em usar o tempo das conversações para reagrupar as tropas.

Chegou o momento de a UNITA compreender, definitivamente, que é a Oposição. Se se desacreditar então Angola voltará na prática a ter um regime de partido único até que, eventualmente, surja uma terceira força, que já fez falta nestas eleições.

Angola: a vã cobiça de um megalómano e de seus amigos

PÚBLICO

25 NOVEMBRO 1992

Domingos Lopes*

Os acontecimentos ocorridos em Angola depois das eleições continuam e vão continuar a fazer correr muita tinta. Angola é um país rico e chave no Sudoeste Africano. Por ser rico, percorre este calvário, movido por tanta cobiça doméstica e alheia.

No quadro da chamada "nova" ordem mundial, emergente do desaparecimento da URSS e da vitória dos EUA e seus aliados no Golfo, a solução encontrada para o problema angolano foi os Acordos de Bicesse. Não se sabe se era a única saída, apenas se sabe que foi a saída que todos saudaram. No fundo, a tese era esta: o povo que decida votando.

Convém ter presente que o MPLA era, neste quadro, a força que maiores riscos corria. A situação económica e social em Angola era e é desastrosa. Quinze anos de poder do MPLA deixavam antever que o povo criasse legítimas expectativas na força que sempre se opôs ao MPLA, a UNITA. Assim, creio ser natural que, depois de Bicesse, as chancelarias dos grandes no Ocidente apostassem na vitória da UNITA, face ao tremendo desgaste do MPLA.

Mas (há sempre um mas na história) a UNITA e o seu chefe máximo não estavam preparados para lutar democraticamente pelo poder, como que se tem vindo a passar.

Savimbi, mal foram assinados os Acordos, assumiu-se como vencedor incontestado e incontestável, de tal modo que parecia que os Acordos tinham substituído as eleições. Em várias entrevistas recusou qualquer ideia de coligação. Ele e a UNITA governariam por maioria absoluta. Em entrevista ao PÚBLICO de 06-05-91, declarou que ganharia por 60 por cento, mas dizia que, dentro da UNITA, se falava em 70 e 75 por cento. Jeremias Chitunda nessa entrevista falou em 80 por cento... Ainda na entrevista, convém lembrar, elogiou o papel de grande mérito do Governo português para alcançar os Acordos de Bicesse.

Savimbi atacou todos os outros partidos. Só a UNITA vencerá o MPLA. Em entrevista ao "Jornal de Angola de 29-11-91, recusa qualquer coligação com o MPLA depois das eleições. Nessa entrevista, nega que Wilson dos Santos e Tito

Chingungi (assassinados) sejam dissidentes. Disse que os apresentaria em público; depois, confirmou o seu desaparecimento físico.

Savimbi é um homem sinuoso e tortuoso, capaz de dizer e fazer o que estiver ao seu alcance para atingir o seu fim último, que é o poder. Esta é talvez a melhor definição de Savimbi: um homem capaz de tudo pelo poder. Trabalhou com a PIDE. Aliou-se ao regime do "apartheid" para invadir o seu próprio país. Raptou e capturou portuguesas e portugueses. Assassinou religiosas e religiosos. Pediu à ONU e insultou a ONU, quando já lhe não servia. Pediu jornalistas e insultou-os, quando não escreviam como ele queria. Pediu a mediação de Portugal e insultou essa mediação, quando ela não lhe fez o jogo. Pediu agora de novo a ONU para Angola (já lá está), mas depois de ter insultado a representante da ONU, acusando-a de ter recebido mercúrio e diamantes, produtos mais sofisticados que a venda das fardas e do armamento "para o Cavaco e para o Durão".

Apesar de todas estas façanhas, teve e tem amigos "democratas" em Portugal. Gente que o elogiou e que o continua a elogiar. Gente altamente democrática, incapaz de admitir que a vontade democrática eleitoral de um qualquer país ocidental seja posta em causa, mas que em Angola fica cega de raiva pelo facto do MPLA ter tido, mais pico, menos pico, o resultado que teve. Há até quem considere imoral que o povo vote como votou, como se fosse moral considerar imoral o modo como um povo vota livremente depois de tantos anos de guerra.

Savimbi devia deixar incomodados os seus amigos, mas isso era se os seus amigos o não conhecessem, porque, conhecendo-o, já sabiam quem ele era. E, por isso, Savimbi continua a insultar.

Savimbi perdeu as eleições, porque tem o mais completo desprezo por eleições e uma total idolatria pelo PODER. Savimbi armado até aos dentes vale o que valem as armas. Sem armas, de frente para o povo, em eleições, não recebe o apoio necessário para ser presidente. Por isso, ainda não conseguiu explicar, nem vai explicar, como se pode concorrer a eleições armado até aos dentes, por dez anos, como disse à TSF... Que se expliquem os seus amigos. ■

*dirigente do PCP

Pela estrada fora, em Angola

Dos nossos enviados

Luis Pedro Nunes (texto) e Luis Vasconcelos (fotos)

O Lobito dista do Huambo uns 300 quilómetros. Mas este exercício de quantificação é de todo inútil. Entre a cidade costeira e o que deveria ser a segunda metrópole de Angola, em viatura de tração integral, protegida por metralhadora soviética, leva-se oito horas e trinta minutos. Estas duas condições — a resistência do carro e estar do lado certo de quem segura a arma, neste caso com os homens de Savimbi — são essenciais à segurança rodoviária.

Do Lobito ao Huambo podem até ser só 300 quilómetros, os mesmos que, em outros tempos (história contada mais tarde), era um desafio para um Fiat 124 Sport. Questões de médias horárias. Agora, a estrada não é mais que um emaranhado de indícios de uma terra que pode apenas estar em suspenso. Esta estrada, que já teve outros donos, "pertence" à UNITA há pouco mais de um mês...

E, se a velocidade fosse outra, talvez não houvesse tempo para perceber como muda a paisagem. Como os cheiros africanos são distintos. A saída do Lobito surge um deserto aparentemente interminável. A GMC passa pelo controlo da polícia governamental sem lhe prestar atenção. "Aos carros da UNITA não mandam parar nem revistam", diz o nosso contacto. Na mão tem duas cartas, sobre os dois passageiros portugueses, a entregar a quem de direito. A frente, apenas deserto, uma recta, uma saturação de amarelo-ocre. Calor, dois jornalistas, dois soldados, um delegado da UNITA e outros cinco passageiros. Uma estrada vazia, estreita. O carro cruza-se com mulheres, únicas pessoas que se vão vendo pelo caminho.

Não se percebe para onde vão, aquelas mulheres. Três aqui, mais duas uns quilómetros adiante. Levam na cabeça enormes feixes de lenha, arrancados ao deserto, seguem em fila indiana, passinhos muito curtos, quase saltitando. A frente levantam-se as montanhas.

Um passeio, para alguns, aquelas oito horas e meia. Duas das passageiras vão ao Huambo em turismo, duas "manas" da UNITA. (Ao chegarem não gostam das instalações e dizem que regressam na manhã seguinte, quando a GMC fizer o caminho contrário.)

A estrada está em más condições. Mas verifica-se, no final da viagem, que estes primeiros 150 quilómetros, estas primeiras quatro horas, são os que se encontram em melhor estado.

Entre o Lobito e o Huambo só existem rectas. A estrada, a fina estrada, segue sempre a direito por dezenas de quilómetros. Depois curva ligeiramente e desenrola-se como um infundável tapete, sobe um monte, perdemo-la quando ataca um vale, voltamos a vê-la a subir.

Qual o nome daquelas montanhas? "São apenas montanhas." Pedro Vite, o motorista, um "mais velho", não é muito esclarecedor. Os 300 quilómetros são uma viagem do mar, do deserto, até ao Planalto. Sai-se de 100mm/ano de pluviosidade para os 1250 mm, lá quando as terras se estendem lisas a 1500 metros de altitude, dizem os atlas de Angola. Pelo meio vai ficando a savana (a anhara, como por estes lados lhe chamam) até se atingir a floresta aberta.

As aldeias, uma roda de palhotas, não desmentem os tempos que se vivem. Um mastro, e lá no alto voa o galo negro com fundo verde e vermelho. Mesmo as casas em ruínas anunciam quem são agora as senhoras da estrada.

Eliseu Chingango, o nosso "guia" da UNITA, é homem mais habituado a andar nos bancos da frente da GMC do que cá atrás, na caixa aberta. O jornalista vai em equilíbrio muito instável e teme cair à passagem de um antigo buraco de mina. Mas ele, Eliseu, também se agarra. No outro extremo da carrinha, os dois soldados, sempre silenciosos, parecem nunca se ter sentado em outro lugar. Dispensam a ajuda das mãos para se equilibrarem. A metralhadora descansa-lhes nos antebraços como se fosse um menino dormindo.

Começa a arrefecer, não tarda irá chover. Os outros passageiros para além das duas moças "turistas" são, afinal, um soldado à civil, que dormita enroscado num pneu sobresselente, e dois delegados do partido de Savimbi, muito jovens, fugidos de Luanda e que comentam, satisfeitos, ter ouvido que "Ben-Ben" está vivo.

Risos, gargalhadas mesmo, só mais à frente, depois de Londuimbali, quando Eliseu apela à memória e diz que vai começar um cemitério. "São 115 viaturas de uma coluna que destruímos em 88." Valessem contas destas, e aqueles soldados que riem ainda deveriam estar na primeira crise de puberdade quando se deu o ataque.

Já se tinha visto o que poderia ser um primeiro controlo da UNITA, uma rapaziada nova sentada num carro destruído, AKM cravadas no chão, que cumprimentou a passagem da carrinha GMC, prava indiscutível de que lá em cima iriam homens de Savimbi.

Bocóio já está para trás, Balombo também, mas é em Ussoque, uma pequena aldeia, que está o primeiro controlo a sério. Um arame corta a estrada. Uma pequena bandeira a ele atada assinala a existência do posto e do arame. A GMC passa.

O "mais velho" Pedro Vite já anda um pouco apagado. Mudanças não mete, aos buracos na estrada, olha-os e detecta-os mas, como que atraído por eles, falha — ou acerta — na pontaria e passa-lhes por cima. Cá na caixa aberta, Eliseu resmungo, os soldados ignoram os solavancos.

A cem quilómetros do Huambo, a fazer fé nas placas que anunciam essa distância a "Nova Lisboa", o motorista Vite dá conta de que o gasóleo não vai chegar até ao fim da viagem. Para-se em Londuimbali. Para a chuva, bagos grossíssimos que feriam as caras ao vento.

Um caso sério, pedir "fuel" nestes tempos. O alferes do controlo vem ver o que se passa. Tem vinte e poucos anos, cigarro que manuseia para apontar, peito muito para fora e — má piada — um ar de galo novo. Falta-lhe do posto de controlo. Corrige. Isto não é um posto de controlo, é um posto de verificação. Seja. Descreve as armas que já apreendeu, tudo nomes que soam a russo. Nova questão. Vê-se que não está em disposição de entrevistas. Estão três pessoas a seu lado. Levanta um pouco a voz. "Quem garante o ser de Angola? Savimbi?"

Os outros respondem: "É!" "É a razão de ser da nossa pátria?", resposta idêntica. Prossegue mais rápido, num chorrilho, e por fim olha como quem diz: "Quer mais?" Segue para o "posto de verificação". Põe ar de supervisor, frente a um camião cheio de gente que é obrigada a revelar os recheios dos seus sacos.

Os soldados da UNITA, aqueles que sempre viveram no mato, guerrilheiros tirados das sanzalas em idade de brincar nos jangos (os largos de terra batida junto às palhotas), não são grandes conversadores. Muito menos em português. E Luanda? "Lá, a gente es-

tava tranquilo, mas não dávamos muita confiança. Só com a nossa gente." Junto ao mar, em Benguela, no bar Ponto de Encontro 3000, Tony, funcionário da administração, fio e relógio dourado, óculos escuros Sting (pouco úteis a uma hora próxima do recolher obrigatório), falava do pessoal da UNITA: "Não convivem, não se misturam, nada." A seguir disse qualquer coisa para fazer jus à alcunha de "Faz-Rir".

Em Londuimbali não há pessoas com óculos de nome intrigante. Dentro da loja, e atrás do balcão, sentados, Eduardo Baptista e Amélia Teresa Caputo estão com ar de quem espera. Riem — ela mais — da presença do estranho. Ele velho e muito desdentado, Amélia nova e bonita. Desde que a UNITA por ali chegou, vai para umas três ou quatro semanas, não se ouve um tiro. Mas desde que a UNITA ali chegou nunca mais viram os camiões com comida.

Falta o quê? Eduardo Baptista: "Muita coisa." Amélia Teresa, que estava na galhofa com amigas, interrompe: "Arroz... fuba... [vai olhando para as prateleiras vazias] feijão... sabão... massa." Há o quê? Amélia, num repente e na ponta da língua: "Leite em pó, leite condensado e batata doce." Eduardo Baptista: "O povo está a passar mal."

Os "manos" da UNITA tinham finalmente desenrascado algum gasóleo para a GMC chegar ao Huambo. Hora de despedidas. A chegada, ouvem-se os "saúde, como é?". Responde-se "há sim". Agora é vez do "estamos juntos" da partida. Pela frente, uma última tirada, terrível.

A estrada foi vítima de tan-

ques com lagartas que foram ferindo de morte o alcatrão. As chuvas de quase todos os dias alargaram as crateras de minas e há rasgões que se prolongam por quilómetros. "Cubanos", diz Eliseu olhando a estrada. A cidade estava lá à frente, mas não se percebia. Estava a escurecer e ainda não havia electricidade no Huambo.

Quem alguma vez disser que um pôr do Sol é apenas um pôr do Sol está a mentir. Nunca o viu lá no planalto, onde as leis da natureza são distorcidas, a luz aparece reflectida por trás de duas tempestades e, simultaneamente, os tons de azul, amarelo e laranja aureolam nuvens que se agigantam. Dito assim, parece de facto "kitsh". ■

PUBLICO

DOMINGO 29 NOVEMBRO 1992

A UNITA corre o risco de ficar numa posição delicada depois da formação do novo Governo de Angola, revista para hoje, mas que poderá registar algum atraso. E corre esse risco, sobretudo se se recusar a participar em tal Governo, chefiado por Marcolino Moco, disseram ontem fontes diplomáticas de Luanda citadas por um enviado especial da agência France Presse, Bruno Franceschi.

O movimento de Jonas Malheiro Savimbi, durante muito tempo apoiado pelos Estados Unidos e pela África do Sul, pelo Zaire e por Marrocos, já optou pela política da cadeira vazia no Parlamento, saído das eleições gerais de 29 e 30 de Setembro e que começou a sua actividade na semana passada.

Apesar da presença de um milhar de observadores internacionais, Jonas Savimbi recusou-se a reconhecer a sua derrota nas eleições presidenciais que coincidiram com as legislativas (40,07 por cento dos votos face a 49,57 por cento do Presidente José Eduardo dos Santos).

A UNITA foi igualmente batida nas legislativas, pois só conseguiu 34 por cento dos votos e 70 dos 220 deputados; enquanto o MPLA — que administra o país desde 11 de Novembro de 1975 — obteve 53 por cento e 129 deputados, indo os 21 restantes para 11 outras formações políticas, na sua maior parte próximas do Governo.

As eleições, de que a segunda volta das presidenciais está ainda por organizar, foram consideradas pela ONU "geralmente livres e honestas", o que reforçou no plano internacional a legitimidade de que se reclama agora o MPLA.

Depois de a UNITA não ter desejado comparecer no Parlamento, e se também não aceitar alguns lugares no Governo de Marcolino Moco, corre o risco de ser acusada de responsável pelo reatar da guerra civil — dizem alguns diplomatas ocidentais em Luanda, conforme o serviço distribuído pela agência noticiosa francesa.

Entretanto, notam as mesmas fontes, o grupo de Savimbi — que controla militarmente cerca de 60 por cento do interior de Angola e duas das 18 capitais de província — continua a tratar em pé de igualdade com o Governo, com o qual assinou, em Maio do ano passado, acordos de paz que deveriam ter solucionado o velho conflito existente desde a data da proclamação da independência.

Os acordos, de que foram garantes Portugal, os Estados Unidos e a Rússia, contam com o apoio técnico da ONU para serem aplicados, mas isso não tem sido suficiente. Até porque não houve uma desmobilização geral e bem consequente, traduzida em termos práticos, antes de se ter constituído a tempo e horas umas novas Forças Armadas, completamente despartidarizadas.

Teoricamente, a desmobilização verificou-se, mas as novas Forças Armadas só surgiram — e quase que apenas no papel — algumas horas antes de o povo ser chamado às urnas para se decidir entre as diversas formações políticas e os vários candidatos à Presidência da República. Ou seja, essencialmente entre o MPLA e a UNITA e entre José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi.

A desconfiança e o ódio re-

sultantes de 16 anos de guerra civil têm vindo a alimentar numerosos incidentes, de que os mais graves foram os ocorridos em Luanda e outras cidades sensivelmente há um mês e na sequência dos quais a UNITA foi escorraçada da capital. Os combates e os ajustes de contas do fim de Outubro e do início de Novembro teriam causado a morte a pelo menos 1500 pessoas, havendo até quem chegue a falar de mais de 10.000 vítimas.

As Nações Unidas tentam com insistência que as duas partes voltem à mesa das negociações, mas ainda está por apurar a sequência da reunião que quinta-feira se efectuou na cidade de Namibe, no Sul do país, entre representantes do Governo e do grupo de Jonas Savimbi. ■

«A PACIÊNCIA tem limites» — esta advertência ecoou nos bastidores da cerimónia que, na quinta-feira, marcou a passagem de testemunho de José Eduardo dos Santos, antigo presidente da Assembleia do Povo, ao ex-primeiro-ministro França Van-Dunem, agora presidente da nova Assembleia Nacional angolana.

Fontes governamentais admitiram ao EXPRESSO que a entrada em funcionamento do Parlamento caucionará, do ponto de vista constitucional, a tomada de medidas «preventivas» que assegurem o respeito pela «defesa e soberania do território angolano». A referência pode ser entendida como um recado às autoridades sul-africanas, num momento em que o Governo angolano se prepara para apresentar publicamente provas do suposto envolvi-

mento militar de Pretória nesta fase do conflito angolano.

O MPLA acusa Pretória de estar a apoiar a UNITA com voos para as bases do movimento de Jonas Savimbi no Licua e Mucusso, na zona da Jamba, mas o general Higinio Carneiro, das tropas governamentais, recusou-se a admitir o envolvimento directo de tropas sul-africanas.

A verdade, porém, é que começa a tornar-se insustentável em certos círculos governamentais a contenção dos ânimos, e Luanda poderá, junto do Governo de Windhoek, pedir autorização para utilizar as bases de Rundu e Katima Mulilo, no Norte da Namíbia, donde a sua aviação se poderia opor às supostas incursões aéreas sul-africanas, que teriam conexões no Botswana.

A impaciência de Luanda, que se adensou na quinta-fei-

AS CIDADES de Uíge e Negage, no Norte de Angola, foram ontem palco de combates, alegadamente desencadeados por uma ofensiva das tropas da UNITA. O PÚBLICO confirmou em Luanda, junto de fonte militar, a ocorrência de fogo intenso na cidade de Uíge, a 260 quilómetros da capital, desde as 4h00 da madrugada de ontem, situação que alastraria depois a Negage, a 30 quilómetros da primeira cidade.

Estas duas cidades mais importantes da província de Uíge ficariam depois sem comunicações, o que dificultou durante todo o dia o acesso a informações precisas sobre os confrontos, a sua intensidade e consequências. Alguns observadores admitem, porém, que, a confirmar-se a

ofensiva da UNITA, se pode entender esta acção militar como uma retaliação contra a decisão do Governo angolano de não autorizar a saída de Luanda, neste fim-de-semana, dos dirigentes do partido de Savimbi que se encontram sob custódia na capital desde 31 de Outubro.

Recorde-se que a UNITA solicitara ao Governo, no recente encontro do Namibe, a criação de condições para reunir no Huambo a sua Comissão Política, o que pressupunha a deslocação ao plano central dos seus dirigentes retidos em Luanda. O Governo ficara de ponderar o pedido e, segundo apurou o PÚBLICO, propôs como contrapartida a desocupação militar pela UNITA das cidades do Caxito (capital do

Bengo) e N'Dalatando (capital do Cuanza Norte).

Estes combates constituem, segundo os observadores, "um recuo perigoso face ao entendimento alcançado no Namibe", num encontro em que Governo e UNITA, há apenas três dias, se tinham comprometido a "um cessar-fogo em todo o território nacional e à cessação de todo o movimento ofensivo". Nesse mesmo encontro, as partes concordaram com a ampliação "qualitativa e quantitativa" do papel das Nações Unidas em Angola. Tal decisão será hoje tomada pelo Conselho de Segurança, admitindo-se já o dia 31 de Janeiro como o limite de uma nova missão da ONU em Angola. ■

António Matos, em Luanda

EXPRESSO, SÁBADO 28 DE NOVEMBRO DE 1992

Impaciência em Luanda

ra, depois de constatado o descarregamento de homens e material de aviões não identificados nas pistas da barraagem de Capanda, em Malange, e na localidade do N'Zeto (ex-Ambriquete), na província do Zaire. Tais movimentações, atribuídas à UNITA, poderão fazer endurecer as posições da ala militar do Governo.

«Última semana em Caxito»

«Esta deverá ser a última semana que a UNITA irá passar no Caxito» — sentenciou um general do exército governamental, para quem «a boa-fé do MPLA foi longe demais». Algumas fontes admitem mesmo que Eduardo dos Santos esteja a experimentar dificuldades acrescidas com os militares que, «neste momento, pare-

cem estar a controlar a situação, sobrepondo-se aos políticos». Os militares estariam mesmo a efectuar importantes encomendas de material de guerra à Rússia e à Espanha.

O general França N'Dalu deverá ser, para já, substituído por João de Matos no lugar de chefe do Estado-Maior das FAA, passando à reserva, enquanto Alberto Neto, antigo CEMG das FAPLA e comandante da força aérea, poderá ter caído em desgraça, face ao alegado envolvimento em escândalos de corrupção que «o novo Governo não poderia suportar por mais tempo».

Fontes diplomáticas asseguraram ao EXPRESSO que poderão vir a ser aumentados para cinco mil os efectivos da polícia de choque, treinados em Espanha e estimados actualmente em dois mil. Uma

fonte militar garante, no entanto, que o Governo vai investir seriamente na polícia antidroga, depois dos resultados que a sua acção produziu nos confrontos de Luanda e outras províncias. Não é, de resto, sem razão, que na semana passada foi enviado um importante contingente de «ninjas» e material de guerra para a província de Malange, de acordo com algumas fontes militares, preparadas para uma investida de grande envergadura contra as posições da UNITA.

Segundo fontes diplomáticas, Luanda terá já utilizado cerca de 25 milhões de dólares de uma linha de crédito espanhola de 80 milhões de dólares para a compra de material de guerra que poderia ser desviado para as FAA.

Gustavo Costa
correspondente em Luanda

"A bola está do nosso lado"

Carlos Romero

Carlos Veiga quer acabar com os "constrangimentos" que atrapalham a iniciativa privada na economia de Cabo Verde e conta com a participação dos portugueses nas privatizações previstas para o início de 1993.

PÚBLICO — Que empresas e sectores serão privatizados em Cabo Verde e quais as expectativas do Governo relativamente à participação de capitais portugueses nesse processo?

CARLOS VEIGA — Não quero ultrapassar o ministro das Finanças, que é quem tem a responsabilidade de fazer esse anúncio. Nos próximos dias, nós vamos anunciar as empresas a privatizar, e posso dizer-lhe que a grande maioria delas será privatizada total ou parcialmente, só ficando como empresas públicas e com um regime diferente umas poucas, que se situam em áreas consideradas estratégicas.

P. — E quais são as áreas estratégicas?

R. — Se eu lhe disser quais são as áreas, saberá quais são as empresas...

P. — Nesta sua visita a Portugal, tem contactado com empresários e associações empresariais portuguesas. Acha que pode contar com a participação das empresas portuguesas no esforço de modernização da economia cabo-verdiana?

R. — Sim. De resto, a vontade portuguesa de investir não foi adquirida nesta visita. Os empresários portugueses conhecem Cabo Verde, equacionam muito bem as oportunidades de negócio que lá existem e têm revelado uma grande disponibilidade e um grande interesse em investir. Utilizando uma linguagem futebolística, posso dizer-lhe que neste momento a bola está do nosso lado. Alguns constrangimentos decorrentes de um ambiente legal e institucional herdado de um sistema económico estatizado e que ainda refreiam as iniciativas serão eliminados a breve trecho.

Temos um programa de desburocratização que vai avançar por pequenos passos, mas muito concretos e seguros, que dará resposta a problemas que se sentem no dia-a-dia. Por exemplo, a área de formação de empresas vai ser totalmente reformulada, e o mesmo se passará com o processo de autorização do investimento. O nosso objectivo é passar da situação actual, em que se leva, em média, 210 dias para constituir uma empresa, para uma situação em que as novas empresas poderão constituir-se num prazo de 30 dias ou, até, em menos tempo.

Aposta no turismo

P. — Uma das grandes apostas em termos empresariais será, ao que se sabe, no sector do turismo...

R. — É uma das áreas em que o nosso país tem boas potencialidades, juntamente com as pescas, os transportes e as telecomunicações, quatro sectores que consideramos fundamentais para o desenvolvimento de Cabo Verde.

P. — A área da saúde está muito ligada ao desenvolvimento do sector turístico...

R. — Com certeza. O turismo não se pode fazer sem que esteja assegurada àqueles que demandam as nossas ilhas a tranquilidade de saberem que há condições de lhes prestar cuidados de saúde.

P. — A sua programada visita à Madeira para, entre outras coisas, contactar com o modo como funciona a zona franca significa que Cabo Verde poderá seguir um caminho semelhante?

P. — Pensamos que será indispensável avançar com uma zona franca em Cabo Verde. A indústria no nosso país tem futuro como exportadora, num quadro de zonas francas. Estou a pensar, concretamente, nos sectores de confecções, calçado, montagem de equipamentos, que ajudariam a empregar os 25 por cento de desempregados que temos. ■

Procuradoria cabo-verdiana 'ataca' oposição

O LÍDER do PAICV e ex-primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires, foi chamado a responder como arguido no próximo dia 2 de Dezembro, no âmbito de um processo de «desvio de fundos públicos», supostamente canalizados para o semanário português África, extinto no ano passado.

Juntamente com Pedro Pires foi também chamado a prestar declarações o tenente-coronel na reserva Carlos Andrade, ex-chefe dos serviços de contra-inteligência militar. Carlos Andrade esteve já detido, depois de chamado a prestar declarações sobre suposta corrupção activa de funcionários angolanos, e foi solto por ordem do Supremo Tribunal, que considerou essa prisão ilegal.

Mas o que toma forma na cidade da Praia não é só o relançamento do «caso África», despoletado em Julho de 1991, quando o também recentemente encerrado jornal governamental «Voz do Povo» tornou públicos documentos constantes de um dossier que Pedro Pires declara ter entregue pessoalmente ao seu sucessor, Carlos Veiga.

Trata-se, segundo observadores locais, de uma autêntica «ofensiva geral» da Procuradoria da República contra figuras do antigo regime e da oposição. O ex-presidente do Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Jorge Miranda Alfama, e o ex-director-geral de Segurança, Bernardo Oliveira, foram também convocados a depor, assim como o deputado do PAICV Júlio Correia, a quem foi retirada a imunidade parlamentar para responder num processo por injúria ao procurador-geral, por um artigo em que comentava ironicamente a prisão de Carlos Andrade e louvava o Supremo Tribunal. A «ofensiva» precede de alguns dias a convenção do partido no poder e coincide com uma extrema insegurança nos meios de Comunicação Social, sobre que impendem ameaças de despedimento e processos disciplinares.

Manuel Delgado

PUBLICO QUARTA-FEIRA, 25 NOVEMBRO 1992

Finanças públicas motivam protocolo com Cabo Verde

INTENSIFICAR a cooperação científica e técnica na área das finanças públicas entre Portugal e Cabo Verde é o objectivo do protocolo ontem assinado entre responsáveis dos ministérios das Finanças dos dois países, respectivamente Braga de Macedo e José Tomaz Veiga.

O acordo, que abrange os domínios das contribuições e impostos, alfândegas, Tesouro,

dívida pública e contabilidade pública, inclui a realização de assistência técnica, elaboração de estudos e projectos, formação profissional e o fornecimento de material.

Tomaz Veiga, que se deslocou ao Porto e estará em Portugal por mais dois dias, aliciou os empresários norte-nhos a investir no seu país, nomeadamente na área do tu-

rismo, onde, como disse, Cabo Verde possui recursos naturais por aproveitar e, à semelhança da área da saúde, se está a criar condições legais para incrementar a cooperação. O ministro cabo-verdiano apelou ainda à comunidade cabo-verdiana para participar nos processos de privatização de empresas públicas, a realizar a partir de Janeiro. ■

TERÇA-FEIRA, 24 NOVEMBRO 1992

Prémio para filme da Guiné-Bissau

“OS OLHOS Azuis de Yonta”, filme realizado por Flora Gomes, da Guiné-Bissau, foi distinguido com o prémio Alexandre de Prata no Festival de Salónica, na Grécia. O filme teve assistência financeira do Instituto Português de Cinema e é uma co-produção da produtora Vermedia com a RTP. ■

NO ANO passado, por altura da campanha para as eleições municipais, em Dezembro, foi publicado em Cabo Verde um livro que provocou furor: "A tortura em nome do partido único — O PAICV e a sua polícia política" de Onésimo Silveira, ex-dissidente do PAIGC, que conseguiu ser eleito presidente da Câmara Municipal de São Vicente (PÚBLICO, 1 de Outubro de 1991).

Face ao livro, os caboverdianos viram-se confrontados com uma parte incómoda da sua história já que era basicamente constituído por 20 depoimentos de cidadãos que diziam ter sido torturados na sequência dos acontecimentos da reforma agrária na ilha de Santo Antão, em Agosto de 1981.

Sobre o mesmo assunto, surgirá dentro de dias um novo livro que também promete agitar as águas do arquipélago: "O dia das calças roladas" de Germano Almeida, advogado e deputado pelo Movimento para a Democracia (MpD), no poder e autor de dois dos

mais importantes romances publicados ultimamente em Cabo Verde. "O dia das calças roladas" pretende ser uma reconstituição do que se passou nos dias 30 e 31 de Agosto de 1981, em que centenas ou talvez milhares de camponeses se insurgiram contra a implantação da reforma agrária em Santo Antão, uma das ilhas mais rurais de Cabo Verde, em que predomina o minifúndio. Nesta reconstituição, a primeira coisa que salta à vista é a forma desprezida como o autor nos conta a versão dos incidentes.

Enquanto Onésimo Silveira faz dos protagonistas do mesmo acontecimento autênticas vítimas e heróis do partido único, Germano Almeida parece pretender apenas contar uma história, quer a partir do ponto de vista dos vários implicados, quer através do que possa ser a liberdade de quem esteve inicialmente de fora mas acabou por se envolver, enquanto advogado dos referidos cidadãos.

Assim, à medida que se vai entrando nos pormenores desta "reconstituição", o leitor vai-se dando conta de uma série de equívocos do que ficou conhecido em Cabo Verde como o "caso da reforma agrária em Santo Antão". Enquanto Onésimo Silveira transforma o episódio numa grande epopeia, Germano Almeida parece querer dizer-nos, por intermédio de um dos seis clientes e personagens, que tudo, afinal, não passou de "uma grande trapalhada".

Trapalhada para o PAICV que, diante do descontentamento popular, logo imaginou uma insurreição de grandes proporções e pôs-se a caçar todos os quantos eram tidos como suspeitos de terem dirigido ou participado nas manifestações contra a reforma agrária. Trapalhada para os próprios protagonistas que se viram obrigados a confessar todos os "crimes", inclusive os que nunca lhes passaram pela cabeça, chegando alguns deles a acusarem-se mutuamente

como forma de escaparem aos maus tratos ou à prisão. E isso sem esquecer a farsa que foi o julgamento do processo, uma mancha na história da Justiça em Cabo Verde.

Depreende-se da leitura deste terceiro livro de Germano Almeida que não havia nos réus qualquer consciência real do que pudesse ser a reforma agrária nem tão pouco qualquer envolvimento político como o governo do PAICV procurou fazer crer na altura. Na verdade, não passavam de simples camponeses apavorados com a ideia de que as suas "terras, casas, ovos e porcos" seriam confiscados pelo Estado, passando a receber em troca uma "farda de dril" por ano. Era, em resumo, o que acreditavam ser o comunismo, palavra que conseguiu provocar a maior agitação de que se tem notícia nos vales e montes de Santo Antão. ■

José Vicente Lopes

EXPRESSO, SÁBADO 28 DE NOVEMBRO DE 1992

O eclipse das 3.^{as} forças

SEIS semanas após a proclamação do cessar-fogo em Moçambique, desapareceram do cenário político-militar as «terceiras forças» do conflito. Tanto o Governo e a Renamo como analistas militares estrangeiros atribuíram responsabilidades crescentes na escalada de violência nos últimos anos do conflito a terceiras forças, habitualmente conotadas com grupos que actuam por conta própria, com origem quer no Exército governamental quer no movimento rebelde.

Um analista contactado pelo EXPRESSO considera que se «trata apenas de uma questão momentânea» e que, a qualquer momento, factores de ordem material farão ressurgir aqueles grupos. Outra fonte, no entanto, considera que «grupos independentes» nunca chegaram a ter expressão signifi-

ficativa e que apenas serviram de cobertura a pilhagens e abusos cometidos por beligerantes dos dois lados. «Muita gente sai todas as manhãs das suas casas de armas na mão, afirmando ir trabalhar. Vai ser difícil acabar com o recurso à violência de muitos para seu próprio enriquecimento», disse nesta semana o governador da província de Nampula, Alfredo Gamito, num discurso proferido no distrito de Erati-Nacaroa, 164 quilómetros a norte de Nampula. Gamito referiu-se a indivíduos que se disfarçavam de guerrilheiros da Renamo para assaltarem viaturas, mas evitou fazer qualquer referência ao envolvimento, durante a guerra, de destacados membros do Governo, que entretanto fizeram fortuna envolvendo-se em casos de corrupção.

Apontados como terceira força nas províncias de Nampula e Zambézia, os exércitos tradicionais de naparamas, que reivindicam poderes sobrenaturais e imunidade às balas da Renamo, estão a regressar às zonas de origem.

A arma da comida

Contudo, as opiniões são convergentes em considerar de importância estratégica a distribuição de alimentos feita de forma massiva após o cessar-fogo, como medida para eliminar focos de violência sobre a população e infra-estruturas civis, alvos prioritários da guerra no país.

O Presidente Joaquim Chissano dirigiu um apelo especial às Nações Unidas para que fossem fornecidos bens alimentares de emergência à Renamo, com incidência

nos distritos em redor da capital. Organizações humanitárias e o próprio departamento governamental de distribuição alimentar têm registos das distribuições feitas, mas a Renamo contesta o que afirma tratar-se de «propaganda governamental».

O embaraço é evidente para quem urge diariamente nos noticiários da rádio estatal relatar o aparecimento de «grupos de combatentes da Renamo» a pedir comida, dizendo que têm fome «nas bases». No entanto, o facto é que grupos mais dispersos da Renamo conhecerem todos os acordos de paz, e de uma forma global cumprirem os preceitos neles estipulados, põe em causa as teses mais pessimistas, que se interrogam sobre a capacidade de Afonso Dhlakama controlar os seus homens no terreno.

Mas as agências humanitárias estão apreensivas em relação ao factor comida. Não será possível manter por muito tempo os actuais níveis de distribuição alimentar gratuita e são já notórios os «desvios organizados».

Os oficiais das Nações Unidas que acompanham o processo de paz ficam alarmados ao verificarem a enorme expectativa em torno da assistência a prestar pela organização. «Pensam que vamos dar tudo», diz um funcionário da ONU, argumentando que o Acordo de Paz não especifica que as Nações Unidas têm de fornecer alimentação e outros bens aos campos onde serão acantonadas as tropas governamentais e da Renamo.

Observadores preocupados

OS EMBaixadores de Portugal, EUA, Itália, Grã-Bretanha e França em Maputo expressaram, quarta-feira, «preocupação» pelas continuadas violações — pelo Governo e pela Renamo — do Acordo Geral de Paz e pela morosidade na sua aplicação e afirmaram a «plena confiança na competência e imparcialidade» da ONU na fiscalização do processo.

A posição, decidida na Comissão de Cessar-Fogo, surgiu quatro dias após o Exército governamental ter reocupado a vila de Lugela, na alta Zambézia, em poder da Renamo desde 19 de Outubro. A declaração dos diplomatas, enviada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi produzida 48 horas após o representante político da Renamo na Comive, Anselmo Victor, ter acusado, através da imprensa moçambicana, os «capa-

cetes azuis» de favorecerem o Governo nas suas investigações, análises e críticas sobre incidentes no processo de paz.

Oito alegadas violações foram notificadas à ONU pelas duas partes — quatro cada uma —, mas os resultados das investigações só serão divulgados pela Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), cuja actividade está virtualmente paralisada, em função da ausência de Moçambique de Aldo Ajello, representante do secretário-geral da ONU e Presidente da CSC.

O processo de paz será discutido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas na próxima semana.

Refinaldo Chingue
correspondente em Maputo

Fernando Lima
correspondente em Maputo

Longa espera na África do Sul

PÚBLICO 28 NOVEMBRO 1992

Para quem pensasse que um Governo interino estava já em vias de se constituir na África do Sul, o noticiário dos últimos dias foi como um balde de água fria: o Presidente Frederik de Klerk não está a pensar que todos os seus compatriotas possam ir às urnas, num pé de igualdade, para escolher uma administração multi-racial, muito antes de Abril de 1994.

O próprio ANC, o mais conhecido dos adversários do Governo De Klerk, protestou contra um prazo tão dilatado... mas admite por seu turno que a eleição de uma Assembleia Constituinte só se possa verificar em Setembro de 1993, quando há tempos a queria já no fim do presente ano. Ou seja, só existe uma diferença de sete meses entre os actuais calendários de uma e outra parte.

Certamente ciente de que não pode haver precipitação nestes períodos transitórios e de que é melhor fazer as coisas bem do que fazê-las depressa, o Presidente da República propôs agora que as novas conversações multipartidárias sobre o futuro constitucional do país arranquem em Março do próximo ano, cerca de 10 meses depois de ter encajado a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa).

No primeiro semestre de 1992 teria sido uma loucura para De Klerk vir a público dizer que não pensava compartilhar o poder com a maioria negra da África do Sul antes de 94, pois o ANC andava a exigir um Governo Provisório em Junho ou Julho e elei-

ções para a Constituinte no fim deste ano.

Hoje, porém, quando já se viu o quanto foi errado correr para as eleições em Angola ainda antes de Outubro, antes de se acabar devidamente com os antigos exércitos e de se consolidarem umas únicas Forças Armadas, Frederik de Klerk pode falar mais à vontade de um prazo suficientemente dilatado para que não seja considerado irrealista nem precipitado.

O processo político sul-africano está sensivelmente com um ano de atraso em relação ao que muitos observadores admitiam em Maio último, quando se julgava já à vista um Conselho Executivo de Transição e se previam para o primeiro semestre de '93 as eleições conducentes a um Parlamento Interino.

Em público, o movimento liderado por Nelson Mandela condena todas as delongas da passagem do Poder para uma administração mais representativa de todos os sul-africanos, mas nos bastidores vai transigindo e aceitando a ideia de um compromisso com os objectivos do Partido Nacional, que desde 1948 governa a África do Sul.

O Presidente De Klerk fez ver às diversas partes que só se poderá ir às urnas quando já não existirem os braços militares de grupos como o ANC, o Congresso Pan-Africano (PAC), a Organização Popular da Azânia (Azapo) ou o AWB, da extrema-direita.

Por outro lado, previu que até Setembro de 1993 exista uma Constituição provisória

e esteja pronta uma lei capaz de reger as eleições previstas para Março ou Abril de 1994. Estas últimas quase coincidiriam com o termo do Parlamento de brancos, mestiços e indianos (mas sem negros) eleito em 1989 para um mandato de cinco anos.

O PAC, que se situa à esquerda do ANC, queria as eleições da Constituinte em Agosto de 93 — o mais tardar — e o Partido Democrático, do liberal branco Zach de Beer, ainda antes dessa data. Mas a verdade é que antes disso ainda terá de passar muita água sob as pontes sul-africanas e que, acima de tudo, é urgente pôr cobro à espiral de violência que tantas vezes tem ensanguentado o país.

O mês de Dezembro deverá assistir a importantes reuniões do grupo de Mandela, por um lado, com o Governo e, por outro, com o Partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, depois das quais se deverá formar um Fórum Multipartidário que seja mais amplo do que a Codesa e que consiga triunfar onde esta falhou.

O Fórum está agora previsto por De Klerk para se reunir daqui a quatro meses, restando ver se será finalmente o cenário adequado para a conciliação de todas as forças político-sociais sul-africanas; a começar por aquelas que parecem ser as principais: Partido Nacional, ANC e Inkatha. Ao fim e ao cabo, a vida da África do Sul nos últimos anos tem sido uma sucessão de clarões de esperança e de grandes nuvens pessimistas. ■

Jorge Meitor

EXPRESSO, SÁBADO 28 DE NOVEMBRO DE 1992

Paz ANC-Inkatha?

AS PERSPECTIVAS de negociação e de paz na África do Sul ganharam esta semana mais consistência, depois de o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Inkatha se terem comprometido publicamente a iniciar conversações bilaterais entre os seus líderes, Nelson Mandela e Buthelezi.

Parece também avizinhar-se uma nova ronda de negociações multilaterais em que os dois líderes participam com o Governo e outros signatários do Acordo Nacional de Paz, assinado em Setembro passado.

Estes factos positivos, que poderão levar a um abrandamento da violência que grassa pelo país, seguem-se a dois acontecimentos de grande importância: a reunião da Comissão Nacional Executiva do ANC, realizada esta semana em Durban, e as discussões organizadas pelo Comité Nacional para a Paz (que fiscaliza a aplicação do Acordo Nacional de Paz) em Joanesburgo.

As duas reuniões tiveram consequências positivas, entre elas a de pôr termo ao

impasse entre Mandela e Buthelezi quanto ao local e aos participantes em próximas negociações. Buthelezi exigia encontros bilaterais com Mandela, enquanto o líder do ANC preferia reuniões alargadas a todos os signatários do Acordo. Segundo o esquema acordado, serão contempladas as duas versões.

Nos últimos meses, o ANC e o Inkatha tinham imposto diversas condições antagónicas para a concretização dos encontros, mas chegaram agora a acordo sobre a nomeação de um grupo de trabalho conjunto para as analisar.

Depois de cumprida essa tarefa, o caminho para a reunião dos dois líderes ficará desimpedido. Não foi fixada uma data, mas a primeira reunião do grupo de trabalho poderá já ocorrer na próxima semana.

Outro aspecto importante da reunião da Comissão Nacional do ANC foi o tom utilizado nos comentários transmitidos à imprensa após a reunião. Como se esperava, o mote foi colocado na forma-

ção de um Governo provisório que possa conduzir o país a uma democracia plena dentro de 12 meses.

Contudo, esta proposta não teve o carácter de um ultimato a Pretória e, aparentemente, existe já algum entendimento entre o Governo e o ANC sobre o assunto.

A Comissão Nacional também informou que a questão da «marcha para Ulundi», capital de KwaZulu, o bantustão de Buthelezi, não fora discutida durante a reunião. Essa movimentação, muito reclamada pelos membros mais radicais do ANC, que é apresentada como sendo um exercício do direito democrático de manifestação, enfureceu Buthelezi e levou-o a afirmar que, a realizar-se, seria o início de uma guerra civil na região.

Todavia, mesmo que as desejadas conversações entre Mandela e Buthelezi se venham a realizar, não bastarão por si só para acabar com a violência, que já causou milhares de vidas — é também fundamental uma acção impar-

cial e eficaz de policiamento.

Até 1990, quando o Governo iniciou a sua estratégia de reformas, a polícia perseguiu sem piedade os membros do então proibido ANC, e ainda hoje grande parte das forças de segurança continua a exibir uma atitude anti-ANC.

Tanto a polícia como as forças armadas foram acusadas de parcialidade e até de instigar a violência. A Comissão Goldstone, constituída para averiguar as causas da violência, está a investigar diversos casos em que a polícia é acusada desse tipo de acções.

Se as forças policiais passassem a agir com neutralidade e eficiência, poderiam recuperar a confiança da opinião pública na capacidade do sistema legal em manter a lei e a ordem. Sem essa confiança, as conversações entre os líderes não serão suficientes para trazer a paz ao país.

Carmel Rickard
correspondente
em Joanesburgo

ANC QUER ELEIÇÃO DE "GOVERNO INTERINO" — O Congresso Nacional Africano (ANC) defendeu ontem a eleição na África do Sul de um "Governo interino de unidade nacional", num prazo de nove a doze meses. Esta proposta será discutida nas conversações bilaterais que se deverão realizar até ao fim do ano, entre o Governo e o ANC, revelou Nelson Mandela. Embora esteja disponível para uma "partilha do poder", o movimento de Mandela continua a ter como objectivo um Governo de acordo com "a lei da maioria", um conceito que não figurava num documento de tom bastante conciliatório adoptado na semana passada pela comissão nacional de trabalho do ANC. Foi também anunciado ontem que Nelson Mandela, e o líder do movimento rival Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, vão encontrar-se o mais brevemente possível para discutir as formas de pôr termo à violência no país. O anúncio foi feito na sequência de uma reunião, terça-feira, do Comité Nacional de Paz, que integra representantes dos maiores movimentos políticos sul-africanos, da qual resultou um acordo sobre a necessidade de dar continuidade ao processo de paz.

Multi-raciais sul-africanas em 94

PÚBLICO

27 NOVEMBRO 1982

ELEIÇÕES MULTI-RACIAIS em 1994 e um Governo de brancos e negros em meados desse ano foram metas apontadas ontem pelo Presidente sul-africano, Frederik de Klerk. Pela primeira vez, o Chefe de Estado forneceu um calendário concreto para a democratização da África do Sul. De Klerk garantiu liberdade de participação política nas eleições e a contenção de violência, ao mesmo tempo que pedia a cooperação de "todos os partidos". As eleições destinam-se a eleger um organismo legislativo e, em simultâneo, constituínte. O Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela não reagiu imediatamente às declarações de De Klerk, feitas em conferência de imprensa, mas o Presidente parece não ter respondido à sua pretensão mais imediata — a constituição de um governo interino que acabe com o monopólio de poder dos brancos. ■

As sementes do ódio racial

Espingardas automáticas R-4 e R-5, até agora só conhecidas nas mãos das forças de segurança, foram utilizadas pelos cinco negros que sábado à noite entram num clube de golfe de King Williams's Town e aí abriram fogo sobre os 60 convidados para uma festa, tendo morto quatro brancos e ferido 17 pessoas, entre brancos e negros.

Foi um ataque sem precedentes, de estilo militar, e fez muitos observadores pensarem de imediato numa muito propagada "terceira força" que poderá estar interessada em cavar um profundo fosso racial entre brancos e negros e em atrasar o mais possível a passagem do Poder para estes últimos.

"A África do Sul está chocada e horrorizada", comentou o porta-voz governamental Dave Steward, àcerca desse e de outros incidentes em que durante o fim de semana morreram pelo menos 25 pessoas, umas em casos políticos e outras em crimes de delito comum.

As autoridades ficaram particularmente chocadas porque entre as vítimas das últimas 48 horas se encontravam, ao contrário do que é normal, uma série de brancos: os quatro do clube de golfe, na província do Cabo, e outros quatro junto à cidade industrial de Vereeniging, 70 quilómetros a sul de Joanesburgo.

No segundo caso, que pelo menos aparentemente foi de delito comum, os agressores entraram durante a noite na residência das vítimas, mataram um casal, uma mulher de 74 anos e uma rapariga de 13, tendo em

seguida fugido com o automóvel da família, uma aparelhagem de alta fidelidade e jóias.

A triste coincidência dos dois episódios causou uma situação de quase pânico entre uma parte da minoria branca sul-africana, que é essencialmente constituída por indivíduos de ascendência holandesa, germânica, britânica e francesa, mas que também engloba importantes núcleos oriundos de Portugal — designadamente da Madeira — e da Grécia.

No incidente mais espectacular de que ontem houve conhecimento, cinco negros abriram fogo e lançaram granadas de mão para debaixo das mesas, numa festa de prova de vinhos que estava a decorrer num clube isolado perto da fronteira com o Ciskei.

Por outro lado, na zona de Umlazi, junto a Durban, na província do Natal, assaltantes abateram a tiro três pessoas que estavam na cama, incluindo uma avó, depois do que arrastaram os cadáveres para fora da casa e os mutilaram com catanas.

O Natal tem sido palco de um profundo ódio étnico-político entre os militantes zulus do Partido Inkatha e os cidadãos de outras etnias, designadamente xhosas, afectos ao ANC.

Os últimos acontecimentos verificam-se escassos dias antes de o movimento dirigido por Nelson Mandela se ir mais uma vez sentar, durante longas horas, à mesa de negociações com o Governo, como prelúdio a futuras conversações multipartidárias que envolvam a maior parte das forças políticas com algum peso na África do Sul.

Tanto o ANC como o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, têm sido ultimamente pasto de escândalos, que no primeiro caso incluem acusações

de tortura e no segundo delitos de corrupção.

Analistas da situação sul-africana afirmam que as fraquezas mútuas dos dois principais protagonistas desta fase de transição os ajudam a mais facilmente se entenderem, pois que tendo ambos telhados de vidro não podem ser especialmente duros nem intransigentes com a outra parte.

Quem não aprecia de modo algum a hipótese de um compromisso entre o Governo e o grupo de Mandela é o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, que não se conforma com a hipótese de ser relegado para um mero terceiro lugar.

Buthelezi conta com a simpatia, pelo menos táctica, de uma parte da extrema-direita sul-africana, para a qual De Klerk é "um traidor", que acaba sempre por fazer a vontade ao ANC.

Ontem à tarde, na cidade negra de Mamelodi, junto a Pretória, Nelson Mandela procurou tranquilizar os soldados, polícias e funcionários públicos brancos de que não serão votados ao desprezo por um Governo do futuro: "Queremos que todos os sul-africanos possam servir no Exército, na polícia e na Administração Pública pelo seu próprio mérito, sem qualquer espécie de barreira de cor."

"Ninguém irá para a rua. Os contratos existentes serão respeitados", disse Mandela perante quatro mil pessoas, num discurso bastante optimista: "As forças da paz existentes neste país são suficientemente fortes para vencerem a batalha por uma democracia não-racial."

Procurando envergar a pele de um estadista consciente e moderado, pediu aos seus

partidários que sejam pacientes, pois que muita coisa desejável não se pode conseguir de um dia para o outro, com uma simples assinatura.

Um novo Governo da África do Sul — recordou — terá de ter o apoio do funcionalismo público, das Forças Armadas e da polícia.

Apesar de todas as manobras pouco ortodoxas para deixar mal colocado o ANC e apesar de todos os escândalos de corrupção em que tem estado envolvido, o Partido Nacional assegura ainda o Governo sul-africano e como tal nada se pode fazer sem ele — prosseguiu Nelson Mandela, para o qual é necessário que cidadãos de todo o espectro político participem na reconstrução da economia e da sociedade.

Dentro desta ordem de ideias, reiterou estar disposto a conferenciar com Buthelezi, para se ver a melhor forma de acabar com grande parte da violência que tem dilacerado o país; mas admitiu que duas anteriores reuniões entre ambos não deram grande resultado.

Este ano, mais de 3000 pessoas já morreram só nas cidades negras da África do Sul, podendo a situação complicar-se agora se começarem também a morrer muitos brancos, para além daqueles que — em casos pontuais — já têm sido vítimas de crimes de delito comum, como o assalto a pequenos estabelecimentos. ■

*com Steven Lang, em Joanesburgo